

RUA SALDANHA MARINHO

Designação de 11-12-1871

Formada pela conhecida rua do Matadouro

Início na rua Jaime Pinheiro de Ulhôa Cintra

Término na avenida Barão de Itapura

Centro

Obs.: A denominação foi proposta pelo edil Joaquim Corrêa Dias e aprovada na mesma sessão de 11-12-1871.

SALDANHA MARINHO

Joaquim Saldanha Marinho nasceu em Olinda, Pernambuco, em 04-maio-1816 e faleceu no Rio de Janeiro, em 27-maio-1895. Formado em Direito pela Faculdade de sua terra natal, seguiu para o Ceará onde foi promotor público nas comarcas de Icó e de Fortaleza. Nesta cidade, foi ainda professor de geometria, secretário de Governo, deputado provincial e inspetor da Tesouraria da Fazenda. Transferiu-se em 1848 para o Rio de Janeiro, dedicando-se à advocacia até 1860. Neste ano tornou-se redator do "Diário do Rio de Janeiro". Na Câmara, filiado ao Partido Liberal, representou os Estados de Pernambuco, Amazonas e Rio de Janeiro. Foi governador de Minas Gerais e de São Paulo. Convencido de que chegara o momento de romper velhas formulas políticas e condenar o Império, abraçou a causa republicana, pela qual foi lutador infatigável. Abolicionista convicto, Saldanha Marinho foi quem assinou, em primeiro lugar, o célebre manifesto republicano de 1870. Proclamada a República, foi eleito senador pelo então Distrito Federal. Já velho, tomou parte nos trabalhos da Constituinte. Era conselheiro da Coroa, chefe supremo da Maçonaria Brasileira e presidente do Instituto dos Advogados do Brasil. Como grão-mestre da maçonaria, na "Questão Religiosa" em que foram condenados os bispos de Olinda e de Belém, tomou parte contra os bispos, escrevendo série de artigos sob o pseudônimo de "Ganganelli". Em 1860, publicou o livro "A Monarquia ou a Política do Rei". Deve-lhe São Paulo, além de uteis providências administrativas adotadas no período que governou o Estado de 24-outubro-1867 a 24-abril-1868, a iniciativa de fundação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que tão somente, bastaria para imortalizá-lo e torná-lo credor da maior gratidão dos paulistas. A reunião foi realizada em Campinas, com capitalistas e fazendeiros da região, e após sua concretização, iniciou-se a extensão da linha de Jundiaí ao interior, sendo em Campinas inaugurada em 11-agosto-1872 com sua presença e a de Falcão Filho: idealizador e construtor.



Ruas de Campinas

(Trabalho de ALAOR MALTA GUIMARÃES)

X X X I V

Saldanha Marinho

(Começa na rua Morais Sales e termina na Avenida Barão de Itapua, servindo a zona da Estação e Botafogo).

A denominação foi dada em 11 de Dezembro de 1871, por proposta do Vereador Correia Dias (dados compilados pelo sr. Edmo Luchini Goulart, para a publicação "Rua Da Época Imperial"). Até então a rua Saldanha Marinho era conhecida pelo nome de rua do Matadouro. Tem 12,60 metros de largura.

Dados Biográficos: O Conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, nascido na cidade de Olinda, em Pernambuco, aos 4 de Maio de 1816 e falecido na cidade do Rio de Janeiro aos 27 de Maio de 1895, formou-se em Direito pela Faculdade de sua terra natal, seguindo, após, para o Estado do Ceará, foi, neste, promotor público das comarcas de Icó e de Fortaleza, sendo, nesta última, secretário do Governo, deputado provincial e Inspetor da Tesouraria da Fazenda. Em 1848, até o ano de 1860, quando tornou-

se redator do jornal "O Diário do Rio de Janeiro". Na Câmara, filiado ao Partido Liberal, representou os Estados de Pernambuco, Amazonas e Rio de Janeiro. Foi governador dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, sendo deste, no período de 24 de Outubro de 1867 a 24 de abril de 1868. Foi, neste ano que se fundou a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, cuja reunião foi realizada nesta cidade de Campinas, a qual compareceram capitalistas e fazendeiros, estando como presidente da mesma o Conselheiro Saldanha Marinho que um dos fundadores da referida empresa. Depois, convencido de que era chegado o momento de romper velhas e tradicionais formulas políticas, abraçou de coração a causa republicana e Proclamada a República, foi senador pelo Distrito Federal, tomando parte nos trabalhos da Constituinte. Conselheiro da Coroa, Chefe Supremo da Maçonaria Brasileira e Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros. E de sua autoria o livro "A Monarquia ou a Política do Rei".



Joaquim Saldanha Marinho



NO dia 4 de maio de 1816 nasceu em Olinda o conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, falecido no Rio de Janeiro a 27 de maio de 1895. Formado em Direito pela Faculdade de sua terra natal, seguiu para o Ceará, onde foi promotor publico das comarcas de Icó e de Fortaleza. Nessa cidade, foi ainda professor, secretario de Governo, deputado provincial e inspetor da Tesouraria da Fazenda. Transferiu-se em 1848 para o Rio de Janeiro, dedicando-se à advocacia até 1860. Neste ano tornou-se redator do "Diario do Rio de Janeiro". Na Camara, filiado ao Partido liberal, representou os Estados de Pernambuco, Amazonas e Rio de Janeiro. Foi governador de Minas Gerais e de São Paulo (24 de outubro de 1867 a 24 de abril de 1868). Convinco de que chegara o momento de romper velhas formulas politicas e condenar o Imperio, abraçou a causa republicana, pela qual foi lutador infatigavel. Proclamada a Republica, foi eleito senador pelo então Distrito Federal. Já velho, tomou parte nos trabalhos da Constituinte. Era conselheiro da Coroa, chefe supremo da Maçonaria Brasileira e presidente do Instituto dos Advogados do Brasil. Publicou em 1860 o livro "A Monarquia ou a Politica do Rei".



27-5-1959

1895 — Morre no Rio de Janeiro, Joaquim Saldanha Marinho, nascido em Olinda, Estado de Pernambuco, a 4 de maio de 1816. Professor de geometria, advogado, jornalista, deputado, senador, governador de



Minas Gerais e de São Paulo, propagandista ativo da República e signatário do célebre Manifesto de 70, Saldanha Marinho foi desta cada figura da História do Brasil na

Monarquia e início da República. Deve-lhe São Paulo, além de úteis providências administrativas, a iniciativa de fundação da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, da qual foi um dos mais notáveis dirigentes. Sendo maçom, grão-mestre de grande atividade, na Questão Religiosa em que foram condenados os bispos de Olinda e de Belem, tomou parte contra os bispos, escrevendo séries de artigos sob o pseudônimo de "Ganganelli".

—oO—